



# 2011

## Informe Anual

gasNatural   
fenosa



# Sumário

Carta do Presidente e do Vice-Presidente da Gas Natural Fenosa em São Paulo	4
Carta do Diretor-Geral	6
Comitê de Direção	8
Comitê de Gestão	9
<b>1. Cenário Macroeconômico e Energético</b>	<b>10</b>
<b>2. Gas Natural Fenosa, maior distribuidora de gás da América Latina</b>	<b>12</b>
<b>3. Presença no mundo: 23 países e mais de 20 milhões de clientes</b>	<b>13</b>
<b>4. Gas Natural Fenosa no Brasil: mais de R\$ 4,2 bilhões de investimentos</b>	<b>14</b>
<b>5. Evolução da Atividade da Gas Natural Fenosa em São Paulo</b>	<b>15</b>
<b>6. Atividade comercial</b>	<b>17</b>
<b>7. Serviços a Clientes</b>	<b>20</b>
<b>8. Atividade Técnica</b>	<b>22</b>
<b>9. Sumário Financeiro</b>	<b>24</b>
<b>10. Remuneração aos acionistas</b>	<b>26</b>
<b>11. Financiamentos</b>	<b>27</b>
<b>12. Acionistas</b>	<b>28</b>
<b>13. Panorama Tributário</b>	<b>29</b>
<b>14. Responsabilidade Social Corporativa</b>	<b>30</b>
<b>15. Demonstrações Financeiras</b>	<b>38</b>

## Carta do Presidente e do Vice-Presidente da Gas Natural Fenosa em São Paulo



**Bruno Armbrust**

Presidente  
Gas Natural Fenosa Brasil



**Antoni Almela**

Country Manager  
Grupo Gas Natural Fenosa

A Gas Natural São Paulo Sul registrou mais um ano de resultados positivos. A empresa, que nos últimos seis anos obteve um incremento líquido de 6.843 novos clientes em sua área de concessão, vem consolidando, ano a ano, sua posição de terceira distribuidora de gás do país.

Os investimentos realizados pela empresa em 2011 revelam sua crença no potencial de crescimento no uso do gás natural em sua área de concessão. Ao todo, a empresa destinou 60%, dos R\$ 8,6 milhões investidos ao longo do ano, à construção da infraestrutura de distribuição.

Esses investimentos viabilizaram a construção de 18,3 km de novas redes e a Companhia fechou o ano com 1.349,7 km. Essa ampliação da malha de distribuição colaborou para o atendimento a novos clientes e o início do abastecimento a residências e comércios no município de Alumínio que, até então, só possuía clientes industriais.

A Gas Natural São Paulo Sul terminou o ano com um total de 35.604 residências, comércios, indústrias e postos de GNV atendidos. Entre esses mercados, o residencial e o comercial foram os que apresentaram maior taxa de crescimento – 5,48% e 6,83%, respectivamente.

Com intuito de oferecer ao mercado uma tarifa mais competitiva, a Companhia também adquiriu 47 milhões de metros cúbicos por meio de três leilões de gás natural realizados pela Petrobras, que proporcionou uma tarifa diferenciada para o mercado industrial. Nesse segmento, destaca-se o contrato de fornecimento de gás firmado com a Toyota do Brasil, que possui previsão de início de suas operações em 2012, prevendo um consumo inicial de 2,5 milhões de metros cúbicos/dia de gás natural. Tal volume deverá ser incrementado até 2014, passando a 19,6 milhões de metros cúbicos/dia.

A Companhia também manteve seu apoio a projetos de responsabilidade social que compartilham de nossos princípios e valores. Com isso, a empresa não só deu uma contribuição positiva para a sociedade, como também um novo horizonte a dezenas de crianças, adolescentes e adultos beneficiados pelos programas que desenvolvemos.

Todas essas ações estão alinhadas com o compromisso de nos integrar de forma positiva às áreas em que atuamos, respeitando sua cultura, suas normas e seu entorno.

Para finalizar, agradeço o empenho de nossos funcionários e os convidamos a vencer novos desafios nos próximos anos. Parabenizo nossos clientes, que acreditaram no gás natural não só como um diferencial competitivo, mas também como uma opção moderna e voltada para o desenvolvimento sustentável.

Também agradeço aos fornecedores que estiveram do nosso lado durante todo o ano, e se empenharam na adequação às nossas normas e em alcançar a máxima qualidade nos seus produtos e serviços.

Neste ano, gostaria de dedicar um especial agradecimento ao Governo do Estado de São Paulo, à agência reguladora e a todos os prefeitos das cidades em que estamos presentes que, mais uma vez, demonstraram grande confiança em nossa gestão.

Estamos confiantes de que, nos próximos anos, essa jovem empresa trará resultados ainda mais relevantes.

## Carta do Diretor-Geral

**Armando Laudorio**

Diretor-Geral da Gas Natural Fenosa em São Paulo



Prezados senhores

O ano de 2011 foi repleto de novas ideias e projetos realizados, com sucesso, pela Gas Natural Fenosa em São Paulo.

Os números alcançados demonstram os resultados positivos: 35,6 mil pontos de consumo atendidos na região, o que representa um aumento de 5,47% na comparação com 2010; mais de 1,34 mil km de redes construídas, ou 1,38% de crescimento em relação ao ano anterior e 524 milhões de m<sup>3</sup> de gás distribuídos no ano. Com este desempenho, a Companhia manteve-se entre as maiores distribuidoras de gás natural canalizado do país, sendo a terceira em número de clientes e em infraestrutura de distribuição. Somados os investimentos realizados em 2011, a empresa já contabilizou perto de R\$ 1 bilhão investido em sua área de concessão.

O EBITDA alcançado foi de R\$ 86,1 milhões em 2011, sem a contabilização do conta corrente. Considerando a inclusão desta margem, ainda represada até dezembro de 2011, o EBITDA estaria refletindo R\$ 112,5 milhões. Registra-se, também, a chegada da fábrica da Toyota do Brasil na cidade de Sorocaba, com inauguração prevista para meados de 2012.

Dentre os novos projetos implantados no ano, quatro merecem especial destaque: Rastreabilidade de medidores; Atendimento com excelência, Café da manhã com Prefeituras e decreto de lei para segurança das instalações internas de gás nas residências.

Com o primeiro, a companhia conseguiu reduzir em cerca de 80% o número de medidores em estoque e maximizou o uso de aparelhos recalibrados. Com o projeto Atendimento com excelência, foi possível baixar, significativamente, todos os índices de reclamações de clientes, assim como aumentar o nível de satisfação global dos usuários para até 87,9%, no último trimestre, contra 87,7% em 2010. O Café da manhã com Prefeituras, um ciclo de encontros realizados pela Companhia com os Prefeitos, secretários e presidentes das Câmaras dos municípios atendidos, reforçou a imagem da empresa como concessionária estadual do serviço público essencial de distribuição de gás natural canalizado, assim como encurtou caminhos para novos projetos em conjunto com o poder público municipal. Por fim, esses encontros também contribuíram para o trabalho da empresa pela segurança das instalações internas de gás nas residências novas e em reforma, tendo sido decretada a primeira lei do gênero no interior de São Paulo, na cidade de Mairinque, em outubro.

Os programas de incentivo à adimplência dos clientes, de melhoria dos processos, de capacitação em serviço, da mesma forma como de reconhecimento e valorização dos colaboradores foram, todos juntos, igualmente motivos para os objetivos alcançados. Neste aspecto, faço particular menção ao projeto “Campanha VIP – Vantagens Naturais”, premiado pela ABT (Associação Brasileira de Telesserviços), na categoria “Campanha de Comunicação Interna”.

Foi em 2011, ainda, que a companhia anunciou ao mercado nacional sua nova marca, como Gas Natural Fenosa, líder multinacional do setor de gás e eletricidade, presentes nos quatro cantos do mundo e levando modernidade, com conforto e segurança, a mais de 20 milhões de usuários.

Nossos agradecimentos, mais uma vez, a todos que contribuíram para esse panorama promissor: acionistas, investidores, colaboradores, clientes, parceiros e a agência reguladora Arsesp. Obrigado.

## Comitê de Direção

Bruno Armbrust  
**Presidente**

Armando Laudorio  
**Diretor-Geral**

José Maria Margalef Badenas  
**Diretor Técnico**

Jorge Henrique da Silva Baeta  
**Diretor Financeiro**

## Comitê de Gestão

Claudia Henrique Provasi  
**Serviços Jurídicos e Assuntos Regulatórios**

Fernanda Burattini  
**Comunicação**

Jairo Xavier Caires  
**Grandes Clientes e Soluções Energéticas**

José Nascimento Júnior  
**Operações**

Juliana Motta  
**Serviços a Clientes**

Nelson Alves de Souza Júnior  
**Estudos e Tarifas**

# 1

## Cenário Macroeconômico e Energético

Com o agravamento da crise na União Europeia e a fraca perspectiva de crescimento nos Estados Unidos, a solidez da economia brasileira vem atraindo cada vez mais o investidor estrangeiro. Em 2011, as três maiores agências mundiais de risco elevaram a nota do Brasil, ao mesmo tempo em que reduziram a de diversos países europeus e dos Estados Unidos – que permanecia inalterada no nível máximo desde 1941.

Em 2011, o Brasil foi a sexta maior economia do mundo depois de ultrapassar a Grã-Bretanha. No terceiro trimestre deste ano, porém, o PIB brasileiro ficou estagnado, depois que o consumo das famílias e a indústria tiveram ligeira queda, fechando o ano com um crescimento de 2,7%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2011 encerrou o ano no teto da meta do governo, 6,50%, por conta, principalmente, do aumento dos preços das *commodities*.

No acumulado do ano, o dólar experimentou uma valorização de 12,15%, a maior desde 2008, ano da crise financeira internacional, fechando a taxa de câmbio em R\$ 1,8685 para venda.

O preço médio ponderado do gás natural no mercado spot Henry Hub – preço que não inclui impostos, transporte, nem margem do distribuidor – fechou 2011 em US\$ 2,98/MMBtu, valor bem inferior à média de 2010 (US\$ 4,38/MMBtu).

O gás natural tem se tornado, cada vez mais, um energético estratégico, representando 21% da matriz energética mundial. No Brasil, apesar das reservas abundantes, esse percentual é de 9%. De acordo com a Agência Internacional de Energia (IEA), o gás natural deve atingir, até 2035, um quarto da demanda de energia do mundo.

Atualmente, já existe uma grande produção de gás natural no Brasil, e perspectivas concretas de aumento significativo desse volume com as descobertas do pré-sal. Há ainda uma enorme demanda para consumo industrial como matéria-prima do processo de produção.

A produção de gás e de petróleo, em 2011, foi a maior já registrada no Brasil, de acordo com dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Segundo a agência, foram produzidos 768 milhões de barris de petróleo e 24 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Isso representa um aumento de 2,5% na produção de petróleo e de 4,9% na de gás natural, em relação ao ano anterior. Em 2011, houve redução de 27% na prática de queima do

gás, em relação ao ano anterior. Em média, foram queimados 4,8 milhões de metros cúbicos por dia, contra a média de 6,6 milhões em 2010.

O volume diário de gás natural consumido pelas distribuidoras brasileiras foi de 47,6 milhões de metros cúbicos/dia, 4% abaixo do volume registrado no ano anterior. Essa redução foi provocada pelo menor consumo termoelétrico, uma vez que o maior nível dos reservatórios das hidroelétricas diminuiu o acionamento das térmicas a gás natural, que registraram um consumo 37% inferior ao consumido em 2010. Entretanto, o segmento de cogeração apresentou um aumento de 3,1% no consumo de gás natural.

Já com relação à indústria, com a retomada da produção, o setor industrial apresentou acréscimo de 9,8% no consumo de gás natural, aproximadamente o mesmo percentual alcançado pelo segmento residencial no período, porém, como a demanda residencial representa menos que 2% da demanda total, este resultado teve pouco impacto sobre o somatório final. No mercado comercial, houve acréscimo de 8,6% no consumo de 2011 ante 2010, enquanto o consumo automotivo teve baixa de 1,7%.

As distribuidoras continuaram investindo em infraestrutura para disponibilizar o gás natural em áreas ainda não abastecidas e o mercado brasileiro encerrou o ano com, aproximadamente, 21 mil km de rede de distribuição e mais de 2 milhões de clientes de gás natural.

No que se refere à energia elétrica, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) foram consumidos, em 2011, 430,1 mil GWh de eletricidade, 3,6% a mais do que em 2010. Esse crescimento, contudo, é praticamente a metade do verificado em 2010, quando a economia teve expansão de 7,5% e o consumo de energia subiu 7,8%. O crescimento do consumo de energia foi motivado principalmente pela atividade do comércio, seguido pelo consumo das famílias.

Os leilões de energia realizados neste ano fecharam a contratação de cerca de 5,1 GW em potência instalada. Por um lado, houve a surpresa positiva da energia eólica, que viabilizou 2,9 GW, o equivalente a 56,7% das usinas contratadas no ano. Em contraponto, houve uma freada brusca no desenvolvimento de hidrelétricas. Se em 2010 foram licitados projetos de grande porte, como Belo Monte e Teles Pires, em 2011 tudo ficou somente na expectativa, devido principalmente a problemas na obtenção de licença ambiental, respondendo apenas por cerca de 10% da contratação do ano. Por sua vez, as usinas a gás voltaram a participar dos leilões e conseguiram viabilizar 1.029 MW, através dos projetos da Petrobras e MPX, que produzem o próprio combustível.

Segundo o *Renewable energy country attractiveness indices, ranking* trimestral elaborado pela Ernst & Young, o Brasil figura, pela primeira vez, entre os dez países mais atrativos para receber investimentos em energias renováveis.

# 2

## **Gas Natural Fenosa, maior distribuidora de gás da América Latina**

A Ceg é operada pela Gas Natural Fenosa – grupo multinacional de serviços de gás e eletricidade, presente em 23 países e com mais de 20 milhões de clientes.

O Grupo entrou para o mercado de eletricidade em 2010, após concluir sua fusão com a Union Fenosa. Através da fusão, a empresa ampliou seu perfil de negócios, com a diversificação de suas atividades e geografia, o que traz grande estabilidade aos resultados obtidos.

Trata-se da maior companhia integrada de gás e eletricidade da Espanha e América Latina, líder em comercialização de gás natural na Península Ibérica e primeira distribuidora de gás da América Latina. Com uma frota de 10 navios metaneiros é um operador de referência de gás natural liquefeito (GNL) e gás natural, na bacia do Atlântico e Mediterrâneo, onde opera 30 bcm.

Em seu plano estratégico 2010-2014, estabelece duas fases diferenciadas: até 2012 a companhia terá como foco o fortalecimento do balanço, na otimização para consecução de sinergias e crescimento orgânico.

Na segunda fase, até 2014, estará centrada na realização de investimentos em função do entorno, para aproveitar as oportunidades nos mercados-chave, mantendo a solidez financeira.

O plano prevê manter a América Latina como um pilar chave dentro do grupo.

# 3

## **Presença no mundo: 23 países e mais de 20 milhões de clientes**

Na Espanha, a Gas Natural Fenosa distribui e comercializa gás e eletricidade, desenvolve atividades de geração elétrica, de regaseificação e exploração. Na França, Bélgica e Luxemburgo, realiza atividades de comercialização de gás; e, na Itália, distribui e comercializa gás natural e desenvolve projetos de regaseificação. Sua atividade em Portugal inclui comercialização de gás e eletricidade e, ainda, projetos eólicos.

Na América Latina, a Companhia realiza atividade de distribuição de gás na Argentina e Brasil, distribuição no mercado elétrico e gasista na Colômbia e geração elétrica e distribuição de gás no México. Em Porto Rico, atua nos mercados de geração elétrica e operação de uma planta de regaseificação.

A Companhia realiza distribuição elétrica na Nicarágua e Moldávia, gera e distribui eletricidade no Panamá e participa no negócio de telecomunicações na Guatemala. Na Costa Rica, República Dominicana e Quênia, o grupo desenvolve atividades de geração.

No Sul da África conta com uma mina de carbono e, no Marrocos, realiza atividades de exploração e operação do gasotudo Magreb-Europa. Além disso, a Gas Natural Fenosa participa em duas plantas de liquefação, no Egito e Omán, conta com carteira de projetos eólicos na Austrália, e tem projetos de upstream em Angola.

Adicionalmente, a Gas Natural Fenosa mantém relações comerciais de compra e venda de gás em vários países, entre os quais se destaca a Argélia, localidade em que se encontra parte do gasoduto Magreb-Europa.

# 4

## Gas Natural Fenosa no Brasil: mais de R\$ 4,2 bilhões de investimentos

A Gas Natural Fenosa registrou mais um ano de relevante crescimento no Brasil, com a realização de R\$ 153,8 milhões em investimentos tanto no negócio não regulado (venda de equipamentos e prestação de serviços) quanto no negócio regulado (distribuição de gás). Desde 1997, a Gas Natural Fenosa já contabiliza mais de R\$ 4,2 bilhões de investimentos no país, sendo boa parte destinada à criação de infraestrutura para ampliação da malha de distribuição de gás em todas as áreas de concessão.

A Ceg, a Ceg Rio e a Gas Natural Fenosa em São Paulo registraram um incremento líquido de 24.360 novos clientes e passaram a contar com um total de 841.360 consumidores e uma rede de 6.136 km de extensão. O projeto de expansão contemplou os municípios Itatiaia e Teresópolis, no Rio de Janeiro. No município de Teresópolis, o gás natural é oriundo de uma estação de descompressão de gás natural comprimido – GNC, e, em Itatiaia, foi construído gasoduto de 8,5 quilômetros de rede em polietileno.

Em São Paulo, a Gas Natural Fenosa passou a abastecer clientes residenciais e comerciais no município de Alumínio que, até então, só possuía clientes industriais.

No segmento industrial, o Grupo assinou novos contratos de fornecimento, com destaque para o contrato com a CSA, em Itaguaí, a Nestlé, em Três Rios, e a Toyota, em Sorocaba.

A Gas Natural Serviços – que atua na área de negócio não regulado – implantou o serviço de venda e instalação de aquecedores a gás e conseguiu comercializar mais de 5 mil aparelhos, já no primeiro ano de atividade. A empresa também fechou contratos com a Vital Brasil, CasaShopping e INT, para implantação de sistemas de Geração; com o Shopping Via Parque, para ampliação da planta de Geração; e com o Centro Comercial Polo I, para instalação de sistema de Climatização.

O serviço de atendimento ao cliente da Gas Natural Fenosa teve, em 2011, o reconhecimento externo por meio de 11 premiações. A empresa recebeu o Prêmio ABT, primeiro lugar nas categorias Atendimento Técnico, Campanhas de Comunicação, Multicanal e Serviço de Atendimento ao Público (SAP). O prêmio tem como correalizadores o Centro de Estudos da Comunicação com o Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, e o Instituto de Marketing e Relacionamento com o Cliente.

# 5

## Evolução da Atividade da Gas Natural Fenosa em São Paulo

**INCREMENTO DE CLIENTES:** Em 2011, houve o incremento líquido (altas menos baixas) de 1.848 clientes, mantendo-se o ritmo de crescimento observado em 2010, quando o incremento líquido registrado foi de 1.937 clientes. Dessa forma, a variação foi de -1%. O número total de clientes da Companhia em 2011 soma 35.604.

**VENDAS:** Apresentaram crescimento acima de 4% nos mercados residencial e comercial, que somaram 9,31 Mm<sup>3</sup> no ano. As vendas no segmento industrial se mantiveram em linha com o ano anterior, apresentando leve queda, inferior a 2%, totalizando 498,6 Mm<sup>3</sup> no ano. As vendas para os postos de gás natural veicular (GNV) apresentaram resultado semelhante ao do mercado industrial, com leve queda de cerca de 2% ano, totalizando 16,14 Mm<sup>3</sup>, portanto praticamente em linha com o ano anterior. Em 2011, as vendas totais da Companhia ultrapassaram 520 Mm<sup>3</sup> de gás natural ao longo de todo o ano.

**INVESTIMENTOS:** Em 2011, a Companhia investiu R\$ 8,6 milhões, sendo que 60% dos investimentos foram destinados à construção de infraestrutura de distribuição, e o restante, que soma cerca de R\$ 3,4 milhões, foi destinado à manutenção da rede e demais gastos operacionais da Companhia.

**ATIVIDADE OPERACIONAL:** Teleatendimento – Foram recebidas 41.909 chamadas de janeiro a dezembro de 2011. O percentual de chamadas perdidas foi de apenas 1%, demonstrando a excelência do atendimento, cujo índice de satisfação global dos clientes chegou a 88% em 2011.

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES:

- O Lajida (Ebitda) registrado foi de R\$ 86.144 mil, com redução de 34% com relação ao ano de 2010.
- Em 2011, a Companhia participou dos três leilões de gás natural realizados pela Petrobras, adquirindo mais de 47 Mm<sup>3</sup>, para atendimento ao mercado industrial na sua área de concessão.
- Foi estabelecido, por decreto, no município de Mairinque, o primeiro Regulamento Interno Predial – RIP na região que integra a área de concessão da Gas Natural Fenosa em São Paulo. De acordo com a norma, as instalações internas das construções devem obedecer às normas da ABNT, do Corpo de Bombeiros e, no caso de rede de gás canalizado, às normas de utilização da Gas Natural Fenosa em São Paulo, condicionando-se a concessão do habite-se ao cumprimento de tais normas. Este avanço é resultado do sucesso da Companhia em seu relacionamento com os órgãos públicos.
- Após ser concluído em 2010 o remanejamento do trecho de 1,3 km de rede próxima à Rodovia Castelo Branco no município de Sorocaba, para implantação da indústria Toyota do Brasil, foi firmado, já em 2011, o contrato de fornecimento de gás para a indústria, que possui previsão de início de suas operações em 2012, prevendo um consumo inicial de 2,5 Mm<sup>3</sup>/dia de gás natural. Tal volume deverá ser incrementado até 2014, passando a 19,6 Mm<sup>3</sup>/dia.



## Atividade Comercial

### Número de clientes cresce mais do que 5%

Em 2011, a Gas Natural Fenosa em São Paulo atingiu o total de 35.604 clientes, o que representou um aumento de cerca de 5% em comparação com o exercício anterior, e um incremento líquido de 1.848 clientes usuários em toda a área de concessão.

Para atender a essa demanda, foram instalados mais de 18 km de novas redes, o que permitiu à Gas Natural Fenosa em São Paulo fechar o ano com mais de 1.349 km de extensão na sua área de concessão em São Paulo.

Número de clientes	2011	2010	Varição (%)
Residencial	34.409	32.621	5,48%
Comercial	970	908	6,83%
Industrial	195	197	-1,02%
Postos de GNV	30	30	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>35.604</b>	<b>33.756</b>	<b>5,47%</b>

O desenvolvimento da atividade comercial foi realizado em 15 municípios: Sorocaba, Itu, Salto, Votorantim, Tatuí, São Roque, Mairinque, Araçariquama, Laranjal Paulista, Porto Feliz, Boituva, Cerquilha, Alumínio, Cesário Lange e Iperó.

No município de Sorocaba, já são mais de 23.200 clientes atendidos com rede de gás canalizado, apresentando um aumento de 1.600 clientes com relação a 2010. Em São Roque, o aumento do número de clientes foi de 181, passando a serem atendidos mais de 1.000 clientes neste município. 179 novos clientes são atendidos em Itu pela Gas Natural Fenosa em São Paulo, somando um total de quase 2.000 clientes na região em 2011.

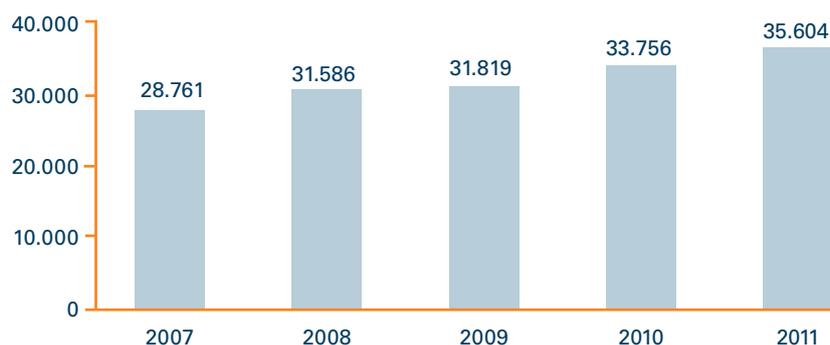
O segmento comercial teve um incremento de 62 clientes, totalizando 970 em 2011, e o residencial teve um incremento de 1.788, chegando a um total de 34.409 clientes no ano.

Em 2011, o número de postos de GNV (gás natural veicular) se manteve em 30, dos quais 15 estão localizados em Sorocaba. Os municípios de Itu, Salto, Tatuí e São Roque contam com 2 postos cada um, e nos municípios de Votorantim, Mairinque, Araçariquama, Laranjal Paulista, Porto Feliz e Boituva, há um posto de GNV também em cada um.

No segmento industrial, o gás natural é fornecido a 195 clientes, apenas 2 a menos do que em 2010.

Em 2010, com o resultado da Revisão Quinquenal, as tarifas reduzidas se tornaram mais competitivas, e o maior reflexo pode ser observado no segmento residencial, que em 2011 concentrou a maior parte do incremento líquido de clientes.

### Evolução do número de clientes nos últimos 5 anos



### Consumo das famílias representou melhor desempenho do volume de vendas

As vendas para o mercado residencial e comercial, que apresentaram aumento de 4,15% e 4,85%, respectivamente, em comparação com 2010, seguraram a queda do volume global das vendas da Companhia, que foi afetado pelos segmentos industrial e GNV (gás natural veicular).

Assim, o volume de vendas de gás fechou o ano de 2011 com redução de 1,62%, embora 2011 tenha sido o ano com o segundo maior volume de vendas nos últimos 5 anos, ficando atrás apenas de 2010.

Vendas (Mm³)	2011	2010	Varição
Residencial	4,77	4,58	4,15%
Comercial	4,54	4,33	4,85%
Industrial	498,6	507,27	-1,71%
Postos de GNV	16,14	16,53	-2,36%
<b>TOTAL</b>	<b>524,05</b>	<b>532,7</b>	<b>-1,62%</b>

Apesar da retomada da produção industrial em todo o país, que em 2011 apresentou acréscimo de 9,8% no consumo global de gás natural, o volume das vendas para a indústria na região atendida pela Gas Natural Fenosa em São Paulo sofreu um leve impacto, que resultou numa redução, embora discreta (1,7% em comparação com 2010).

O consumo do mercado de GNV (gás natural veicular) foi afetado em todo o país, sofrendo uma queda global de 1,7%, com exceção apenas do Rio de Janeiro que apresentou uma queda menor (0,6% em comparação com 2010). Na região que compõe a área de concessão da Gas Natural Fenosa em São Paulo o cenário não foi diferente do global, a redução nas vendas do GNV foi de 2,36%.

### **Evolução do volume de vendas nos últimos 5 anos**



# 7

## Serviços a Clientes

Em São Paulo, a Gas Natural Fenosa destacou-se pelos índices de satisfação quanto aos serviços prestados, além de outros indicadores de desempenho do setor de Serviços a Clientes.

O Índice Global de Satisfação de Clientes quanto aos serviços prestados e à imagem da empresa fechou 2011 em 87,9%, acima dos 87,7% de 2010. Este avanço é, ao mesmo tempo, o reflexo e uma consolidação, entre outros fatores, da confiabilidade no fornecimento contínuo (sem interrupções) do gás natural, da melhoria da imagem da companhia, do cumprimento das expectativas quanto ao preço praticado e do incremento do índice de lealdade dos clientes.

Continuaram contribuindo para essas percepções favoráveis as ações internas de melhoria dos processos e também as ações externas, de fortalecimento da imagem da empresa atrelada à responsabilidade social corporativa.

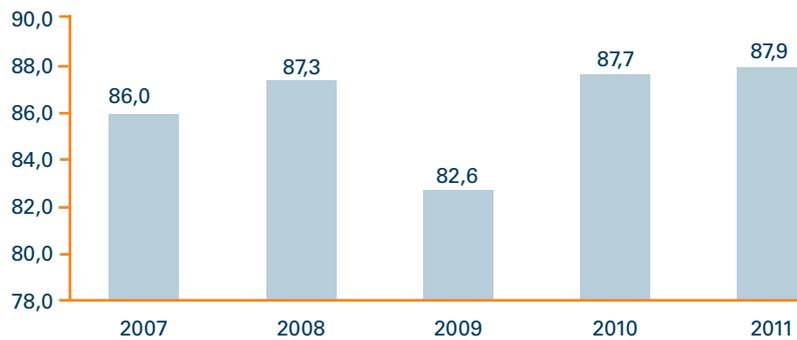
Entre as ações internas, merece novamente destaque em 2011 a continuidade da Campanha VIP Vantagens Naturais, que envolve todas as áreas da empresa que se relacionam com os clientes. O programa visa premiar as áreas que se destaquem pela superação consecutiva dos resultados obtidos quanto ao tempo médio de resposta ao usuário e atendimento dentro do prazo, além da redução do número de insatisfações.

A atenção com os serviços on-line igualmente foi foco da área de atendimento a clientes em 2011, que continuou buscando novas ferramentas para facilitar e tornar mais rápido o atendimento ao cliente, ao mesmo tempo reduzindo despesas operacionais.

<b>Índice Global de Satisfação de Clientes</b>	<b>2011(%)</b>	<b>2010 (%)</b>
Global da Gas Natural Fenosa SP	87,9	87,7
Reclamações da Gas Natural Fenosa SP	61,2	66,1
Call Center da Gas Natural Fenosa SP	73,6	80,3
Agências da Gas Natural Fenosa SP	84,4	90

O comprometimento e o excelente trabalho realizado pela área foram reconhecidos pelos clientes, proporcionando à Gas Natural Fenosa em São Paulo a conquista do XI Prêmio ABT, realizado pela Associação Brasileira de Telesserviços, na categoria Campanhas de Comunicação (internas), com o case: GAS NATURAL SÃO PAULO SUL – VANTAGENS NATURAIS.

### **Evolução da Satisfação Global de Clientes nos últimos 5 anos**



## Atividade Técnica

A Gas Natural Fenosa em São Paulo expandiu sua rede em 2011 em 18,3 km, saturando a malha existente nos municípios. Com isso, foram construídos novos ramais (703) e 18,3 km de redes no ano, terminando 2011 com 1.349,7 km, sendo a terceira maior distribuidora de gás natural canalizado do país em infraestrutura de distribuição.

### Crescimento das redes (km)



### Pesquisa e Desenvolvimento

Com um aporte de R\$ 187 mil destinados ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a Gas Natural Fenosa em São Paulo, em parceria com o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP, deu início ao Curso de Extensão em Gestão Estratégica na Indústria de Gás Natural para 25 profissionais da Gas Natural Fenosa em São Paulo, com o objetivo de estimular e desenvolver uma visão multidisciplinar e integrada da Indústria do Gás Natural, os desafios tecnológicos, o nivelamento e o provimento de conhecimentos específicos relativos à cadeia de gás natural, permitindo, desta forma, um nível adequado de qualidade no atendimento das demandas do segmento pelos profissionais da área.

### Recursos Investidos

Os investimentos totais somaram R\$ 8,6 milhões em 2011 e, desta forma, 20% menores do que o investimento realizado em 2010, que chegou a R\$ 10,8 milhões. Do total investido, cerca de R\$ 5,2 milhões foram destinados especificamente à construção da infraestrutura de distribuição, e o restante foi destinado à manutenção da rede e demais

gastos operacionais da Companhia.

### **Qualidade**

Os padrões de qualidade da empresa sustentaram-se como os mais elevados, com a manutenção do certificado de qualidade ISO 9001:2008.



## Sumário Financeiro

### Receita Líquida

Em 2011, a receita líquida da Companhia correspondeu a R\$ 419.639, permanecendo praticamente em linha com o ano anterior, verificando-se um aumento de apenas 0,62%, e observando-se ainda em 2011 o impacto da redução das tarifas após a Revisão Tarifária concluída em 2010.

### Lucro Bruto

A Companhia obteve um lucro bruto de R\$ 116.521 no exercício de 2011, cerca de 28% menor do que o obtido no exercício anterior, basicamente pelo impacto da redução das margens da Companhia, resultado da Revisão Quinquenal concluída em 2010, e da queda do volume de vendas nos segmentos industrial e de GNV.

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro em 2010 foi de R\$ -3.895 e passou para 5.432 em 2011. O impacto positivo se deu principalmente pela combinação de dois efeitos: (i) a redução dos custos financeiros das operações de financiamento da Empresa (-52%), pela amortização de financiamentos, e (ii) pelo aumento dos rendimentos financeiros (202%), decorrentes do aumento das aplicações financeiras.

	2011	2010	Varição (R\$)	Varição (%)
Resultado financeiro	5.432	-3.895	1.537	239%

### Lucro Operacional

O Lucro Operacional da Companhia em 2011 foi R\$ 49.374, apresentando uma queda de R\$ 44.627 com relação ao ano anterior, ainda impactado pelas reduções impostas na revisão tarifária no ano de 2010.

## Lucro Líquido

O Lucro Líquido do exercício de 2011 foi de R\$ 44.378, apresentando uma redução de cerca de 50% em comparação com o ano de 2010, principalmente em razão do saldo da conta patrimonial de ajuste para futuro repasse, proveniente da diferença da variação cambial existente entre o custo do gás incluído na tarifa cobrada aos clientes e o preço efetivamente pago ao fornecedor de gás. O saldo dessa conta de ajuste será repassado à tarifa ao longo do próximo exercício.

Desde o ano de 2010, por conta da mudança de prática contábil, passou-se a reconhecer a variação do custo do gás adquirido diretamente no resultado, deixando de reconhecê-la no ativo.

Conta de Resultados (R\$ mil)	2011	2010	Varição (R\$)	Varição (%)
Receita líquida das vendas e serviços	419.639	417.059	2.580	1%
Lucro bruto	116.521	161.803	-45.282	-28%
Lajida (Ebitda)	86.144	131.021	-44.877	-34%
Lucro operacional	49.374	94.001	-44.627	-47%
Lucro líquido do exercício	44.378	91.378	-47.000	-51%

## Lajida (Ebitda)

O Lajida registrado foi de R\$ 86.144 mil, com redução de 34% com relação ao ano de 2010.

LAJIDA	2011	2010	Varição (R\$)	Varição (%)
Lajida (R\$ mil)	86.144	131.021	-44.877	-34%
Lucro antes do resultado financeiro	49.374	94.001	-44.627	-47%
Depreciação e amortização	36.784	36.902	-118	0%
Perdas e Recuperação de Créditos	-14	118	-132	-112%

## Remuneração aos acionistas

Em conformidade com a estrutura de capital apresentada pela Companhia, a Administração propôs uma distribuição de resultados de R\$ 42.159 mil, sendo R\$ 24.766 mil a título de juros sobre o capital próprio, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 29/12/11, e R\$ 17.393 mil sob a forma de dividendos, aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 29.03.2012. O pagamento, em única parcela, foi agendado para o dia 25 de abril de 2012.

Do lucro líquido do exercício que correspondeu a R\$ 44.378 mil, foi deduzida a reserva legal no valor de R\$ 2.219 mil, assim, a distribuição dos resultados representou no total 100% do lucro líquido do exercício, deduzida a constituição da reserva legal aplicável.

No período de 2006 a 2010, os valores correspondentes aos Juros sobre o capital próprio foram capitalizados, período durante o qual foram eliminadas todas as perdas acumuladas, permitindo-se, dessa forma, o pagamento de dividendos aos acionistas em 2011, pela primeira vez, diante do resultado positivo da Companhia em mais este exercício.



## Financiamentos

As ações da empresa se mantiveram pautadas no financiamento por meio de recursos financeiros provenientes das linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Seguindo o planejamento já estabelecido, a Gas Natural Fenosa em São Paulo recebeu, em 2010, financiamento de R\$ 2,1 milhões, referente aos investimentos realizados no último trimestre do ano de 2009. Esse financiamento é destinado aos projetos de expansão e saturação das redes de distribuição de gás natural canalizado em municípios integrantes da área de concessão da empresa. Os valores recebidos foram aprovados nas seguintes condições: prazo de 96 meses, com carência de 6 meses e amortização em 90 meses, e custos indexados à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

Em 2011, a Companhia não obteve novo financiamento, amortizando os financiamentos anteriormente contraídos.



# 12

## Acionistas

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia estava representado por 595.799.877 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Acionista	Participação no capital social (%)
Gas Natural Internacional SDG S.A	99,99
Gas Natural Serviços S.A	0,01



## Panorama Tributário

A Instrução Normativa da Receita Federal que instituiu a obrigatoriedade do Sistema Público de Escrituração Digital da Contribuição para o PIS/COFINS – SPED EFD PIS/COFINS, foi alterada por nova norma da Receita Federal, dispensando a entrega da obrigação para os meses de abril a dezembro de 2011. Desta forma, a implantação do projeto foi postergada para janeiro de 2012.

Ao longo do ano, a Companhia buscou aumentar a eficiência operacional e de gestão fiscal, fornecendo orientações para a correta aplicação da legislação, principalmente no segmento de combustível.

O quadro tributário que segue abaixo demonstra os valores dos tributos pagos com base na gestão fiscal adotada.

Tributos	2011	2010	Variação (%) 2011 / 2010
COFINS	11.136	13.564	-17,90%
PIS	2.418	2.944	-17,87%
IRPJ	9.680	6.292	53,85%
CSLL	5.930	5.533	7,18%
IOF	17	110	-84,55%
ARSESP	2.005	1.844	8,73%
ICMS	19.812	23.042	-14,02%
IPVA	21	22	-4,55%
ISS	1,32	8	-83,50%
<b>TOTAL</b>	<b>51.020</b>	<b>53.359</b>	<b>-4,38%</b>

## Responsabilidade Social Corporativa

### Público Interno

Visando manter com o público interno uma boa comunicação e transparência, a Empresa implantou e manteve alguns programas de treinamento, desenvolvimento, reconhecimento e qualidade de vida para os colaboradores, focando suas ações na promoção de um entorno de trabalho motivador e no desenvolvimento constante de todos os seus profissionais.

### Principais Indicadores

Quadro de Pessoal. Número de empregados	32
Homens/Mulheres (%)	59 / 41
Gastos de Pessoal (R\$)	4.220.822,6
Horas de treinamento por empregado	160
Investimento em formação anual (R\$)	141.679,13

A Empresa realizou diversas atividades voltadas para o clima laboral e desenvolvimento de seus colaboradores.

No intuito de proporcionar aos seus empregados cada vez mais o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, o Programa de Qualidade de Vida foi mantido, sendo disponibilizadas mais sessões de shiatsu e reflexologia, além de caminhada ecológica.

Junto com seus colaboradores, a Empresa celebrou, ao longo do ano, datas comemorativas como o Dia Internacional da Mulher, Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Secretárias, Dia das Crianças, Dia do Mestre, Ano Internacional das Florestas e Natal.

## Oportunidades de Desenvolvimento

Com o objetivo de reforçar o compromisso da Empresa com o desenvolvimento profissional de seus funcionários, ampliando canais de comunicação para que empresa e colaboradores mantenham a discussão sobre desenvolvimento e carreira sempre aberta e para que possam utilizar corretamente as ferramentas disponíveis para seu desenvolvimento, a empresa realizou a segunda edição do evento “Carreira em Foco”, onde foram fornecidos, através de especialistas em Recursos Humanos, workshops sobre planejamento de carreira, treinamentos para o autodesenvolvimento e autoconhecimento e consultoria individual de carreira para os colaboradores.

- O Programa de Mobilidade Interna, iniciado em março de 2009, com o objetivo de promover a movimentação interna no Grupo, aumentando a cobertura de vagas com o pessoal interno e potencializando uma ótima adequação pessoa-posto, foi intensificado.
- Também foram investidos R\$ 141.679,13 em mais de 5 mil horas de capacitação para os colaboradores.
- Através do Programa Bolsa de Estudos – que patrocina parte importante do investimento na educação –, a Gas Natural Fenosa em São Paulo promoveu o desenvolvimento profissional e pessoal de seus colaboradores. Mais de 17 colaboradores já foram contemplados em cursos ligados às necessidades da empresa e atividades do cargo.
- Foi realizado o quarto ciclo do Programa de Avaliação de Desempenho, onde a Gas Natural Fenosa em São Paulo conseguiu identificar o potencial de contribuição e os aspectos que necessitam ser desenvolvidos em seus colaboradores.
- O Programa Jovem Aprendiz, em parceria com o Senai/SP, realizou a preparação de jovens em cursos de Eletricista de Manutenção.

## Políticas de Benefícios

Sempre com o compromisso de oferecer aos seus empregados uma Política de Benefícios diversificada e abrangente, a Empresa contou, no ano de 2011, com 18 tipos de benefícios entre os quais se destacam: Plano de Previdência, Plano de Saúde, Plano Odontológico, Auxílio Medicamentos, Seguro de Vida, Auxílio Creche, Auxílio Excepcional, Vale Refeição, Cesta Básica, Empréstimo Emergencial, Auxílio Funeral, Empréstimo Material Escolar, Bolsa de Estudos, Complementação Previdenciária e Extensão da Licença-Maternidade de 4 para 6 meses.

Vale destacar que, em 2011, a Empresa implementou o benefício de empréstimo consignado com desconto em folha de pagamento e fez a troca da operadora do plano de saúde para BRADESCO, com expansão da rede credenciada e melhora dos níveis de reembolso.

## **Flexibilidade**

Na Gas Natural Fenosa em São Paulo, a jornada de trabalho, exceto para os empregados de serviços essenciais, realiza-se em horários flexíveis, tanto para a entrada quanto para a saída. Os empregados podem chegar à Empresa até 1 hora depois do horário estabelecido em seu contrato de trabalho, devendo compensar no horário de saída.

Em todos os feriados que ocorrem as terças e quintas-feiras, os empregados são dispensados do trabalho às segundas e sextas (com exceção daqueles que trabalham em serviços essenciais), mediante compensação, conforme calendário estabelecido pela Empresa. Às sextas-feiras, no período de horário de verão, a jornada de trabalho foi reduzida em 2 horas, mediante compensação ao longo do ano.

## **Relacionamento com a sociedade**

A Companhia seguiu promovendo diferentes ações de responsabilidade social junto às comunidades onde atua, contribuindo para o bem-estar e a qualidade de vida da população e o crescimento sustentável da região atendida.

## **Ações Sociais**

### **■ Empresa Amiga Solidária**

Reconhecimento, pelo sexto ano consecutivo, como “Empresa Amiga Solidária”; pelo auxílio prestado à instituição de utilidade pública Lar Escola Monteiro Lobato, em Sorocaba, para a educação e a formação sociocultural de 300 crianças e adolescentes carentes.

### **■ Campanha do Agasalho**

Doação de 900 cobertores entre os Fundos Sociais de Solidariedade dos municípios de Itu, Sorocaba e Mairinque, além do Fundo Social de Solidariedade do Governo do Estado de São Paulo, para a Campanha do Agasalho 2011. Em Mairinque, além da doação dos cobertores, a Gas Natural Fenosa em São Paulo patrocinou a vinda do cantor e humorista Moacir Franco, para o lançamento da campanha.

### **■ Campanha do Dia das Crianças**

Em parceria com as indústrias de brinquedos clientes Cotiplás e Super Toys e o apoio das Prefeituras de Sorocaba, Laranjal Paulista, Porto Feliz, Boituva e Tatuí, por meio de seus Fundos Sociais de Solidariedade, a Gas Natural Fenosa em São Paulo dobrou a quantidade de brinquedos doados, em 2010, e promoveu a entrega de 1.000 bonecas e carrinhos

às crianças carentes atendidas por instituições filantrópicas nessas cidades, em 2011. Os colaboradores da empresa também se engajaram pela campanha, doando brinquedos.

#### ■ **McDia Feliz**

Pelo segundo ano consecutivo, a área de Serviços a Clientes, da Gas Natural Fenosa em São Paulo, adquiriu 160 tickets do McDia Feliz, destinando-os, como brinde, para clientes que aderiram à facilidade do débito automático. Todos os recursos arrecadados com a venda de sanduíches Big Mac, durante o McDia Feliz, foram revertidos em prol do Hospital do Câncer Infantil, mantido pelo GPACI (Grupo de Apoio de Pesquisa e Assistência ao Câncer Infantil), em Sorocaba.

### **Doações**

#### ■ **Cestas de Natal**

No ano de 2011, a empresa apoiou as festividades de Natal em seis municípios de atuação: Tatuí, Laranjal Paulista, Araçariguama, Boituva, Porto Feliz e Votorantim. Foram doados alimentos para os Fundos Sociais de Solidariedade dessas cidades, para compor cestas de Natal entregues a famílias carentes. Em Votorantim, os recursos foram utilizados para a produção dos materiais de divulgação da campanha solidária de Natal na cidade.

### **Esporte**

#### ■ **V Short-Triathlon do Corpo de Bombeiros de Sorocaba**

Patrocínio ao V Short-Triathlon do Corpo de Bombeiros de Sorocaba, como parte das comemorações do 49º aniversário do 15º Grupamento de Bombeiros da cidade. O evento esportivo reuniu mais de 100 participantes de diversas cidades da região, entre as categorias militar e civil.

## **Ações Ambientais**

### **■ Programas de Reciclagem**

Papéis, jornais e plástico

Renovada a parceria com a ONG Catares, integrante do projeto de reciclagem da Prefeitura de Sorocaba, para o reaproveitamento dos papéis, papelões e jornais em desuso pelos colaboradores da empresa, além do plástico das canoplas inutilizadas de medidores de consumo de gás natural. Em 2011, apenas entre papéis e papelões, foram reciclados cerca de 110 quilos. Os recursos provenientes da reciclagem de todos os materiais são totalmente revertidos à ONG.

Pilhas e baterias de celular

Como um ponto de coleta de pilhas e baterias de celular, em parceria com a ONG Ivivo (Instituto Viver de Sorocaba), a empresa destinou, durante o ano de 2011, 150 quilos desses materiais para reciclagem, evitando os danos ao meio ambiente e à saúde provocados pelo descarte desse material na natureza.

Cartuchos e toners

Entrega de 134 unidades, entre cartuchos, toners, disquetes e impressora, para as entidades sociais Casa do Menor e Abeph, de Sorocaba, para fins de reciclagem e captação de recursos em benefício de suas causas.

### **■ IV Olimpíada Ambiental de Itu**

A Gas Natural Fenosa em São Paulo, em parceria com a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Itu, por meio da Secretaria do Meio Ambiente, apoiou a IV Olimpíada Ambiental da cidade, com a doação dos prêmios aos estudantes de escolas estaduais de 1º a 9ª séries, vencedores da competição em benefício do conhecimento e do meio ambiente.

### **■ Trekking Universitário Ambiental Gas Natural Fenosa**

Patrocínio ao 1º Trekking Universitário Ambiental Gas Natural Fenosa, realizado pela Prefeitura de Sorocaba, por meio das secretarias de Meio Ambiente e parcerias. O projeto movimentou mais de 100 universitários de diversas faculdades e universidades da cidade, que comple-

taram provas físicas e de cuidado com a natureza, como: plantio de árvores, limpeza da margem de rio e córregos, recolhimento de óleo de cozinha nos bairros e entrega para reciclagem, orientação aos pescadores nas margens do Rio Sorocaba e realização de campanhas em escolas, condomínios, parques e outros, sobre temas de responsabilidade ambiental.

#### ■ VI Simpósio do Meio Ambiente da Unimed Sorocaba

Participação, pelo segundo ano consecutivo, do “VI Simpósio de Meio Ambiente”, realizado pela Unimed Sorocaba. A Unimed Sorocaba aposta na alternativa de fornecimento de gás natural para seu hospital como fonte de energia ecologicamente moderna. O simpósio reuniu especialistas brasileiros em temas ligados ao meio ambiente e à sustentabilidade.

#### ■ Selo Verde

A Gas Natural Fenosa em São Paulo, em linha com a responsabilidade ambiental do Grupo Gas Natural Fenosa no Brasil e no mundo, foi certificada com o “Selo Verde”, pela Prefeitura de Tatuí.

O “Selo Verde” é um certificado de qualidade socioambiental, instituído pela Lei Municipal nº 4.044/2008. O documento visa destacar as empresas e os empreendimentos comprometidos com o ambiente e a melhoria contínua da qualidade de vida e que, dessa forma, promovam o gerenciamento ambiental, a valorização dos funcionários e da comunidade em geral.

#### ■ Semana do Meio Ambiente

Comemoração do Dia do Meio Ambiente, 5 de junho, na cidade de Sorocaba, com show da cantora, atriz e dançarina Negra Li, pelo projeto cultural Tom Natural. Na ocasião, em parceria com a Prefeitura de Sorocaba, por meio da Secretaria do Meio Ambiente, a empresa também promoveu a distribuição de mudas de árvores à população, para plantio.

#### ■ Semana da Árvore

Apoio às comemorações da Semana da Árvore da Prefeitura de Itu, em setembro, com a participação especial da palestrante internacional Judy McAllister, que apresentou o workshop “Mensagem da Árvore”, no Parque do Varvito, sobre a importância das árvores para a sobrevivência do planeta. A Gas Natural Fenosa em São Paulo, como forma

de reconhecimento à importante causa ambiental, permaneceu com sua sede iluminada de verde, do dia 21/09 até 4/10 (Dia das Florestas), quando também foi oferecido um evento de conscientização aos colaboradores, em parceria com a área de Meio Ambiente do Grupo Gas Natural Fenosa Brasil.

## **Ações Culturais**

### ■ Projeto Tom Natural Sorocaba, Itu e Salto

O projeto cultural Tom Natural é promovido pela Gas Natural Fenosa em São Paulo desde 2009, sendo realizado, atualmente, com recursos do ICMS, por meio do Programa de Ação Cultural (Proac), do Governo do Estado de São Paulo. Já foram investidos mais de R\$ 1 milhão no projeto, que recebe o apoio das secretarias de Cultura de Sorocaba, Itu e Salto. Compreende apresentações de música instrumental para todos os gostos, em praças públicas, privilegiando os artistas da região e com performances especiais esporádicas de grandes nomes da música brasileira. Em 2011, foram realizadas mais de 28 apresentações nessas três cidades e investidos cerca de R\$ 296,5 mil.

### ■ Outubro Rosa

O projeto cultural Tom Natural, em Sorocaba, promoveu uma edição especial pela cura e a prevenção do câncer de mama, em 29 de outubro de 2011, na Praça Carlos Alberto de Souza (Parque Campolim). O show aconteceu em apoio ao evento “3ª Caminhada Outubro Rosa”, que integrou as atividades do Grupo Andanças, formado por mulheres de Sorocaba e da região em tratamento ou em recuperação do câncer de mama. Em apoio à causa, a sede da Companhia permaneceu iluminada de rosa nas noites de 24 a 30/10. O intuito foi unir esforços para a conscientização da população sobre a importância do diagnóstico precoce para o tratamento da doença.

### ■ Cantata de Natal

Patrocínio, pelo quarto ano consecutivo, da Cantata de Natal, um grande espetáculo de música, teatro e dança, promovido pela Prefeitura de Sorocaba, por meio da Secretaria da Cultura, na antiga Estação Ferroviária da cidade. O projeto é apoiado pela empresa, com recursos

do ICMS, através do Programa de Ação Cultural (Proac), do Governo do Estado de São Paulo, sendo realizado pelas crianças e adolescentes integrantes de projetos socioculturais mantidos pela Prefeitura Municipal. Em 2011, o público presente, nos quatro dias de apresentação, somou mais de 15 mil pessoas.

### **Relacionamento com órgãos públicos**

Como concessionária estadual do serviço público essencial de distribuição de gás natural canalizado, a Gas Natural Fenosa em São Paulo deu início, em 2011, ao programa “Café da Manhã com as Prefeituras”, um amplo projeto de relacionamento com os órgãos públicos dos municípios abastecidos. Além de reforçar a imagem da empresa como concessionária estadual e integrante de um grupo multinacional líder do setor de energia, o objetivo foi estreitar relacionamento e encurtar caminhos para novos projetos.

Durante o ano, foram realizados encontros com prefeitos, secretários e presidentes das Câmaras Municipais de 10 cidades atendidas. Os resultados abrangeram, entre outros aspectos positivos: maior participação da empresa no Plano Diretor das cidades; análise de projetos de potenciais clientes dos variados segmentos; apoio a novos programas de responsabilidade social em conjunto com as Prefeituras e o estudo da implantação de projetos de lei que exijam o cumprimento das normas de segurança para as instalações internas de gás em novas residências e unidades em reforma, tendo sido decretado o primeiro projeto do gênero, na cidade de Mairinque, no mês de outubro.

### **Nova marca**

No mês de abril de 2011, a marca da Companhia passou a ser Gas Natural Fenosa, permanecendo, porém, sua razão social inalterada, como Gas Natural São Paulo Sul S.A. O motivo é a união da Gas Natural, líder mundial em distribuição de gás, com a União Fenosa, terceira maior distribuidora de gás e eletricidade da Espanha, dando origem à Gas Natural Fenosa, uma das maiores companhias de gás e eletricidade do mundo, presente em 23 países e atendendo mais de 20 milhões de usuários.

O anúncio da mudança foi realizado por meio de uma campanha de comunicação desenvolvida em várias etapas, que atingiu todos os públicos de interesse, desde os colaboradores, passando pelos usuários, a sociedade e a imprensa, até a agência reguladora do setor e o Poder Público, em todas as suas esferas.





# **Demonstrações financeiras**

**Gas Natural São Paulo Sul S.A.**

**Demonstrações financeiras de acordo com  
as práticas contábeis adotadas no Brasil  
em 31 de dezembro de 2011**

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Gas Natural São Paulo Sul S.A. (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

## **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

## **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gas Natural São Paulo Sul S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Sorocaba, 22 de março de 2012



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC2SP000160/O-5 "F"RJ



Wander Rodrigues Teles  
Contador CRC 1DF005919/O-3 "S" SP

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

<b>Ativo</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	101.842	40.984
Contas a receber de clientes (Nota 7)	62.769	54.141
Estoques (Nota 8)	1.405	1.200
Tributos a recuperar (Nota 9)	2.445	1.707
Partes relacionadas (Nota 10)	12	
Outros ativos	196	237
	<b>168.669</b>	<b>98.269</b>
<b>Não circulante</b>		
Realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar (Nota 9)	882	1.173
Débitos restituíveis (Nota 11)	328	521
Ativos fiscais diferidos (Nota 12 (a))	32.171	28.599
Depósitos judiciais	253	234
Outros ativos	40	66
	<b>33.674</b>	<b>30.593</b>
Intangível (Nota 13)	595.133	617.029
Diferido (Nota 14)	16.073	22.103
	<b>644.880</b>	<b>669.725</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>813.549</b>	<b>767.994</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	7.431	7.460
Fornecedores (Nota 16)	43.284	30.355
Obrigações trabalhistas a pagar	282	246
Tributos a pagar (Nota 17)	4.872	6.165
Imposto de renda e contribuição social a pagar	3.975	2.939
Partes relacionadas (Nota 10)	1.914	2.998
Dividendos (Nota 20)	10.539	9.599
Outros passivos	834	127
	<b>73.131</b>	<b>59.889</b>
<b>Não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	11.602	18.972
Contencioso	36	
Provisão para contingências (Nota 18)	2.442	925
	<b>14.080</b>	<b>19.897</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>87.211</b>	<b>79.786</b>
<b>Patrimônio líquido (Nota 19)</b>		
Capital social	684.923	654.841
Reserva legal	6.788	4.569
Reserva de expansão	3.007	3.007
Dividendo adicional proposto	31.620	25.791
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>726.338</b>	<b>688.208</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>813.549</b>	<b>767.994</b>

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2011	2010
<b>Receita líquida (Nota 21)</b>		
Venda de Gás	411.995	406.902
Contratos de construção	7.083	9.648
Outras receitas	561	509
	<b>419.639</b>	<b>417.059</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Compra de gás e de serviços	(296.035)	(245.608)
Custo dos contratos de construção	(7.083)	(9.648)
Pessoal	(4.044)	(3.504)
Utilidades, materiais e serviços	(2.194)	(3.528)
Serviço de manutenção	(3.455)	(3.404)
Serviços de profissionais independentes e contratados	(8.052)	(9.185)
Publicidade e propaganda	(1.826)	(1.480)
Despesas com royalties (Nota 10)	(4.835)	(5.718)
Aluguéis	(442)	(649)
Depreciações e amortizações (inclusive concessão e redes de gás)	(36.784)	(36.902)
Outras despesas operacionais, líquidas	(5.515)	(3.432)
	<b>(370.265)</b>	<b>(323.058)</b>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>49.374</b>	<b>94.001</b>
<b>Resultado financeiro (Nota 22)</b>		
Receitas financeiras	8.591	2.848
Despesas financeiras	(3.372)	(7.029)
Atualizações monetárias, líquidas	213	286
	<b>5.432</b>	<b>(3.895)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>54.806</b>	<b>90.106</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social (Nota 12(c))</b>		
Correntes	(14.000)	(11.689)
Diferidos	3.572	12.961
	<b>44.378</b>	<b>91.378</b>
<b>Quantidade de ações média e ponderada ao fim de cada exercício - em milhares</b>	<b>595.800</b>	<b>595.800</b>
<b>Lucro líquido por lote de mil ações do capital social - R\$</b>	<b>74,48</b>	<b>153,37</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto		
Em 31 de dezembro de 2009	626.630			33.189	(48.412)	611.407
Integralização de capital (Nota 19 (a))	28.211			(33.189)		(4.978)
Lucro líquido do exercício					91.378	91.378
Destinação do lucro:						
Reserva legal		4.569			(4.569)	
Reserva de expansão			3.007		(3.007)	
Juros sobre o capital próprio proposto (Nota 20)				25.791	(35.390)	(9.599)
Em 31 de dezembro de 2010	654.841	4.569	3.007	25.791		688.208
Integralização de capital (Nota 19 (a))	30.082					30.082
Dividendos adicionais aprovados				(25.791)		(25.791)
Lucro líquido do exercício					44.378	44.378
Destinação do lucro:						
Reserva legal		2.219			(2.219)	
Juros sobre o capital próprio proposto (Nota 20)					(10.539)	(10.539)
Dividendo adicional proposto				31.620	(31.620)	
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>684.923</b>	<b>6.788</b>	<b>3.007</b>	<b>31.620</b>		<b>726.338</b>

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto não se apresenta uma demonstração do resultado abrangente

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

	2011	2010
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	54.806	90.106
<b>Ajustes</b>		
Amortizações do intangível e diferido (Notas 13 e 14)	36.784	36.902
Resultado na baixa do intangível	(29)	(1)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	1.891	6.384
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	(61)	(52)
Provisão para contingências (Nota 18)	1.656	34
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber de clientes	(8.567)	(964)
Estoques	(205)	(176)
Tributos a recuperar	9.759	210
Outros ativos	102	126
Fornecedores	12.929	2.383
Obrigações trabalhistas a pagar	36	(2)
Tributos a pagar	(10.684)	925
Partes relacionadas	(1.096)	(3.737)
Outros passivos	743	(29)
<b>Caixa proveniente das operações</b>	<b>98.064</b>	<b>132.109</b>
Juros pagos	(1.588)	(7.339)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.778)	(8.947)
IRRF sobre juros sobre capital próprio (Nota 20)	(5.309)	(4.978)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>77.389</b>	<b>110.845</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de intangível (Nota 13)	(8.862)	(10.297)
Recebimento pela venda de ativo intangível	33	45
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(8.829)</b>	<b>(10.252)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Amortização de empréstimos	(7.702)	(77.728)
Ingresso de empréstimos		2.067
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(7.702)</b>	<b>(75.661)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>60.858</b>	<b>24.932</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)</b>	<b>40.984</b>	<b>16.052</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)</b>	<b>101.842</b>	<b>40.984</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 1. Informações gerais

A Gas Natural São Paulo Sul S.A. ("Companhia") foi constituída com o objetivo de explorar serviços públicos de distribuição de gás canalizado, incluindo pesquisa, produção, aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, exploração, distribuição e comercialização de gás combustível, de produção própria ou de terceiros.

A concessão obtida junto à Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE, sucedida a partir de 7 de dezembro de 2007 pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, tem o prazo de 30 anos a partir do ano 2000, podendo ser renovada por mais 20 anos.

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada por sua Administração, em 14 de março de 2012.

## 2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas por alguns ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

Na preparação das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

### 2.1.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigendo a partir de 2011 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 2.2 Conversão de moeda estrangeira

### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

### (b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são apresentados na demonstração do resultado na rubrica “Receitas (despesas) financeiras” no período em que ocorrem.

## 2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas, quando aplicável. Essas contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial na rubrica de “Empréstimos e financiamentos”, no passivo circulante.

## 2.4 Ativos financeiros

### 2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e como disponíveis para venda.

### **(a) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes”, “demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

#### **2.4.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado como despesa ou receita financeira no período em que ocorrem.

#### **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **2.4.4 Impairment de ativos financeiros**

##### **Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

## 2.5 Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não possui derivativos designados como instrumentos de *hedge*.

As variações no valor justo de instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

## 2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela distribuição de gás canalizado, venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização

das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

## 2.7 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. Para os produtos acabados, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de compra e as despesas de venda. Para os itens de almoxarifado, o valor líquido realizável é o seu custo de reposição.

## 2.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço e sobre o lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 12).

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

## 2.9 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando for vinculado a tributo com exigibilidade suspensa e não houver possibilidade de resgate desses depósitos.

## 2.10 Intangíveis

### (i) Concessão para exploração de serviços públicos

Demonstrado pelo custo de aquisição. O valor é amortizado linearmente em 28 anos, a partir da data em que os benefícios começaram a ser gerados (dois anos após o início da concessão). Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a sua vigência.

### **(ii) Contrato de concessão**

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. A amortização é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

### **(iii) Programas de computador (softwares)**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

#### **(iv) Servidão de passagem**

Os gastos com servidão de passagem são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13

### **2.11 Diferido**

#### **(i) Despesas pré-operacionais**

Os custos com implantação e pré-operacionais até 31 de dezembro de 2008 foram capitalizados e são amortizados usando-se o método linear, no período de até dez anos, a partir da data em que os benefícios começaram a ser gerados.

#### **(ii) Instalações internas – captação**

Referem-se aos gastos com instalações e equipamentos em residências, comércios e indústrias para captação de novos clientes e expansão dos negócios incorridos até 31 de dezembro de 2008.

Conforme Lei 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei no. 11.638/07 e da Medida Provisória no. 449/08, convertida na lei 11.941/09, esses gastos permaneceram registrados no ativo diferido até sua amortização total. Os valores são amortizados conforme taxa demonstrada na Nota 14.

### **2.12 Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Fruto dessa avaliação, não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2011.

### **2.13 Fornecedores**

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

## 2.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## 2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## 2.16 Benefícios a empregados

### (i) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

### (ii) Planos de contribuição definida

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

## 2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

## 2.18 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O reconhecimento da receita ocorre quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

### (a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido ao cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

Em 29 de maio de 2008, a Companhia foi autorizada pelo órgão regulador, a ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, a efetuar, dentro de suas políticas tarifárias internas, o complemento em suas tarifas de venda de gás, em R\$ 0,04/m<sup>3</sup>, durante o prazo de 24 meses para recebimento do montante de R\$ 48 milhões proveniente de diferenças entre a margem máxima permitida e a margem obtida nos 3 primeiros anos do segundo ciclo tarifário. Esse valor, acrescido na margem, é chamado de “Termo de ajuste K”. Esse complemento nas tarifas foi aplicado até 31 de maio de 2010, onde se encerrou o 2º ciclo tarifário. Para aplicação no 3º ciclo tarifário, foi verificada a existência de um saldo de diferenças de margens referente a todo o 2º ciclo tarifário no montante total de R\$ 60,8 milhões, o qual será recuperado nos próximos 3 anos. Para o 1º ano do 3º ciclo (jun-10 a mai-11), o valor do “Termo de ajuste K” aplicado sobre as margens será de R\$ 0,05 /m<sup>3</sup>.

Em maio de 2010, encerrou-se o processo de revisão tarifária, resultando numa redução das margens máximas permitidas para o 3º ciclo tarifário.

### (b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizado, como aquecedores e acessórios. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

### **(c) Vendas de serviços**

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo do serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

### **(d) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida em que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

## **3. Estimativas e premissas contábeis críticas**

As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

### **(a) Reconhecimento da receita de venda de gás**

Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. A receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 22.351 (2010 – R\$ 21.424).

### **(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, quotas de empresas de capital fechado) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher esses métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

### **(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais**

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação

das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

**(d) Vida útil do ativo intangível**

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. A Companhia revisa a vida útil desses ativos ao final de cada exercício.

**(e) Passivo contingente**

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

## **4. Gestão de risco financeiro**

### **4.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pelo departamento financeiro, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, as oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

**(a) Risco de mercado**

**(i) Risco com taxa de câmbio**

O risco cambial decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira. A Companhia definiu como estratégia para gerenciamento de risco de variação cambial a obrigatoriedade de todos os empréstimos indexados ao dólar possuírem, também, um instrumento financeiro de troca de moeda (*swap* de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possuía empréstimos em moeda estrangeira.

## **(ii) Risco com taxa de juros**

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possuía nenhum contrato com a finalidade de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de operação para sua proteção.

Em 31 de dezembro de 2011, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 0,25%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social apresentaria variação de R\$ 31.405, principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas ou mais baixas nos empréstimos de taxa variável.

## **(b) Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes e renomadas no mercado – instituições financeiras de primeira linha. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente. A Nota 7 traz divulgação adicional sobre risco de crédito.

## **(c) Risco de liquidez**

A Companhia monitora suas previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A política da Companhia é financiar a maior parte de seus investimentos com linhas de crédito de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O restante das necessidades de caixa, se houver, é suprido e administrado com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com instituições financeiras, conforme Nota 15.

A Companhia não realizou contratação de novas operações com o BNDES durante os exercícios de 2010 e 2011.

O excesso de caixa mantido é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na nota 6, são divulgados os ativos que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são do fluxo de caixa não descontados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>				
Fornecedores	43.284			
Empréstimos e financiamentos	7.808	7.199	7.313	
Contas a pagar – partes relacionadas	1.914			
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>				
Fornecedores	30.355			
Empréstimos e financiamentos	7.841	8.142	13.702	292
Contas a pagar – partes relacionadas	2.998			

## 4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

## 4.3 Estimativa do valor justo

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Os instrumentos financeiros derivativos existentes em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram mensurados levando-se em consideração o Nível 2. Em nenhum ano, a Companhia realizou transferência entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

Pressupõe-se que os saldos dos empréstimos e recebíveis no ativo e dos outros passivos financeiros, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

## 5. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros existentes no ativo da Companhia são representados por caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados. Os existentes no passivo são representados por empréstimos, fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações estatutárias.

Os instrumentos financeiros são integralmente classificados como empréstimos e recebíveis no ativo no valor de R\$ 165.144 (2010 - R\$ 95.552) e como outros passivos financeiros no valor de R\$ 63.151 (2010 - R\$ 56.914).

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa e contas correntes bancárias	3.949	3.122
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (i)	97.893	37.862
	101.842	40.984

(i) Referem-se às aplicações em CDB – Certificado de depósito bancário em instituições financeiras de primeira linha, remunerados à taxa média de 101,08% do CDI – certificado de depósito interbancário, (2010 – 100,0% do CDI) podendo ser resgatados a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores.

## 7. Contas a receber de clientes

	2011	2010
Segmentos comercial e residencial	1.495	1.378
Segmento industrial	39.710	32.099
Fornecimento de gás medido e não faturado	22.351	21.424
Equipamentos	352	440
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.139)	(1.200)
	62.769	54.141

Os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), representa seu valor justo.

A totalidade dos créditos com clientes que possuam dívidas vencidas há mais de seis meses é objeto de provisão para devedores duvidosos. Após 30 dias de atraso ao pagamento da fatura os clientes industriais e comerciais tem o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes residenciais, o fornecimento é suspenso em 60 dias.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	2011	2010
A vencer	60.146	33.443
Até três meses	2.377	20.638
De três a seis meses	272	60
Acima de seis meses	1.113	1.200
	63.908	55.341

As movimentações na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2011	2010
Em 1º de janeiro	1.200	1.252
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	325	1.091
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(386)	(1.143)
Em 31 de Dezembro	1.139	1.200

## 8. Estoques

	2011	2010
Produto acabado	389	264
Almoxarifado	1.004	934
Matérias-primas	12	2
	<b>1.405</b>	<b>1.200</b>

## 9. Tributos a recuperar

	2011	2010
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	1.060	920
PIS - Programa de Integração Social	247	273
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1.140	1.255
IRRF a compensar	880	432
Outros		
	<b>3.327</b>	<b>2.880</b>
Menos parcela não circulante	(882)	(1.173)
<b>Circulante</b>	<b>2.445</b>	<b>1.707</b>

Os créditos de ICMS, PIS e COFINS são decorrentes das compras de gás, materiais, equipamentos e insumos para a construção das redes de gás e serão recuperados com impostos devidos nas operações normais da Companhia. A parcela não circulante refere-se a impostos na compra de ativos imobilizados para a infraestrutura.

## 10. Partes relacionadas

Os saldos e operações com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

### (a) Saldos

	2011	2010
Ativo circulante - partes relacionadas		
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG	12	
Passivo circulante - partes relacionadas		
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG	74	84
Gas Natural Serviços S.A.		
Gas Natural SDG, S.A.	1.840	2.914
	<b>1.914</b>	<b>2.998</b>

## (b) Transações

Despesas operacionais	2011	2010
Serviços corporativos		
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG	300	701
Serviços de uso de software		
Gas Natural SDG, S.A.	315	(76)
Royalties		
Gas Natural SDG, S.A.	4.835	5.718
	<b>5.450</b>	<b>6.343</b>

O serviço de uso de software refere-se ao contrato com a Gas Natural SDG, S.A. para uso de direitos dos softwares corporativos da Companhia relativo à atividade operacional.

Em 5 de agosto de 2009, foi averbado pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) o contrato com a Gas Natural SDG, S.A. referente à transferência de conhecimentos técnicos e experiências (royalties), e seu valor é calculado pela aplicação da alíquota de 7% sobre o resultado operacional líquido, observando o limite máximo de 1% sobre o faturamento líquido.

### Remuneração do pessoal chave da administração

A Administração da Companhia é efetuada de forma compartilhada com outras empresas do grupo e os custos correspondentes ao tempo dos diretores corporativos a serviço da Companhia são reembolsados por meio de notas de débito e estão incluídos nos montantes de serviços corporativos acima demonstrados, nos respectivos exercícios.

## 11. Débitos restituíveis

A Companhia, em junho de 2002, firmou com a Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A. contrato de aquisição de gás natural e serviços de transporte. Esse contrato tem cláusulas que prevêm quantidades mínimas a serem retiradas e transportadas a partir de seu quarto ano de vigência (2006). O não cumprimento dessas cláusulas enseja o pagamento de diferenças, as quais poderão ser convertidas em créditos. Esses créditos poderão ser utilizados caso a Companhia venha a consumir tais quantidades mínimas dentro da vigência do contrato ou, no caso de seu não aproveitamento, converter-se-ão em multa. Tais créditos encontram-se registrados conforme demonstrado a seguir:

	2011	2010
Ativo não circulante - realizável a longo prazo		
Gás pago e não retirado (Take or Pay-ToP)		152
Capacidade de transporte paga e não utilizada (Ship or Pay-SoP)	328	369
	<b>328</b>	<b>521</b>

## 12. Ativos fiscais diferidos

### (a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos fiscais diferidos apresentam-se como segue:

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	11.500	4.139	15.639
Diferenças temporárias do exercício	9.352	3.367	12.719
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	15.396	5.543	20.939
Realização de ativos diferidos por:			
Reversões de provisões não dedutíveis no passado	(10.626)	(3.826)	(14.452)
Realização prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(4.593)	(1.653)	(6.246)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	21.029	7.570	28.599
Diferenças temporárias do exercício	8.715	3.137	11.852
Diferenças temporárias - conta corrente/ativo regulatório	6.815	2.453	9.268
Realização de ativos diferidos por:			
Reversões de provisões não dedutíveis no passado	(8.484)	(3.054)	(11.538)
Realização prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(4.419)	(1.591)	(6.010)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	23.656	8.515	32.171

### (b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos fiscais diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	2011	2010
2011		11.255
2012	14.385	10.434
2013	12.857	6.910
2014	4.929	
	32.171	28.599

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

### (c) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	54.806	54.806	90.106	90.106
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(13.702)	(4.933)	(22.527)	(8.110)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	6.192	2.229	8.848	3.185
Adições, líquidas	(223)	(80)	(118)	(43)
Incentivos fiscais	24		24	
Constituição de ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social			14.736	5.239
Outros	48	17	27	11
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício</b>	<b>(7.661)</b>	<b>(2.767)</b>	<b>990</b>	<b>282</b>

### 13. Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos	Servidão de passagem	Software	Contrato de concessão	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	386.111	1.790	2.069	247.510	637.480
Aquisições		61	192	10.044	10.297
Alienações				(44)	(44)
Amortização	(18.912)	(72)	(764)	(10.956)	(30.704)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>367.199</b>	<b>1.779</b>	<b>1.497</b>	<b>246.554</b>	<b>617.029</b>
Custo total	535.828	2.060	4.720	309.035	851.643
Amortização acumulada	(168.629)	(281)	(3.223)	(62.481)	(234.614)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>367.199</b>	<b>1.779</b>	<b>1.497</b>	<b>246.554</b>	<b>617.029</b>
Saldos em 1º de janeiro de 2011	367.199	1.779	1.497	246.554	617.029
Aquisições			222	8.640	8.862
Alienações		(4)			(4)
Amortização	(18.912)	(73)	(580)	(11.189)	(30.754)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>348.287</b>	<b>1.702</b>	<b>1.139</b>	<b>244.005</b>	<b>595.133</b>
Custo total	535.828	2.056	4.942	317.675	860.501
Amortização acumulada	(187.541)	(354)	(3.803)	(73.670)	(265.368)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>348.287</b>	<b>1.702</b>	<b>1.139</b>	<b>244.005</b>	<b>595.133</b>
Taxas anuais de amortização (%)	3,5	3	20	11,2	

Como resultado da adoção e da interpretação do ICPC 01, em 1º de janeiro de 2010, a Companhia reclassificou para a rubrica “Intangível” o montante de R\$ 248.629 referente aos bens vinculados a concessão que estão sujeitos à reversão no final do prazo da concessão, conforme previsto no Contrato de Concessão, divulgado na Nota 2.9(ii), sendo que esses montantes são compostos pelos seguintes ativos em 31 de dezembro de 2011:

	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil, líquido
Terrenos	35		35
Edificações e obras civis	64	(51)	13
Rede de gás	300.359	(67.739)	232.620
Máquinas e equipamentos	2.863	(2.500)	363
Equipamentos de informática - Hardware	2.321	(1.937)	384
Móveis e utensílios	617	(442)	175
Veículos	1.296	(885)	411
Benfeitorias em imóveis de terceiros	432	(115)	317
Obras em andamento	9.687		9.687
	<b>317.674</b>	<b>(73.669)</b>	<b>244.005</b>

A rubrica “Obras em andamento” refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede dos municípios paulistas de Alumínio, Araçariguama, Boituva, Cerquilha, Iperó, Itapetininga, Itu, Laranjal Paulista, Mairinque, Salto, São Roque, Sorocaba, Tatuí e Votorantim.

## 14. Diferido

	Despesas pré-operacionais	Conversão - transformação de aparelhos	Instalações internas - captações	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	3.410	183	24.708	28.301
Amortização	(1.630)	(59)	(4.509)	(6.198)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>1.780</b>	<b>124</b>	<b>20.199</b>	<b>22.103</b>
Custo total	15.727	575	44.461	60.763
Amortização acumulada	(13.947)	(451)	(24.262)	(38.660)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>1.780</b>	<b>124</b>	<b>20.199</b>	<b>22.103</b>
Saldos em 1º de janeiro de 2011	1.780	124	20.199	22.103
Amortização	(1.625)	(58)	(4.347)	(6.030)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>155</b>	<b>66</b>	<b>15.852</b>	<b>16.073</b>
Custo total	15.727	575	44.461	60.763
Amortização acumulada	(15.572)	(509)	(28.609)	(44.690)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>155</b>	<b>66</b>	<b>15.852</b>	<b>16.073</b>
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	

## 15. Empréstimos e financiamentos

	2011	2010
Financiamentos	18.972	26.342
Encargos provisionados sobre financiamentos	61	90
	19.033	26.432
Menos a parcela não circulante	(11.602)	(18.972)
<b>Circulante</b>	<b>7.431</b>	<b>7.460</b>

Os contratos em moeda nacional, denominados “financiamentos”, correspondem aos contratos junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para financiamento de:

- (i) Projeto de ampliação da rede de distribuição de gás nos municípios de Porto Feliz, Laranjal Paulista, Votorantim, Itu, Boituva e Iperó. Em garantia a esse financiamento foi concedida fiança bancária com custo de 0,6% ao ano. O saldo desse financiamento é atualizado pela TJLP acrescido de 2,8% ao ano.
- (ii) Projetos de expansão e saturação da rede de gás, mais especificamente nos municípios de zona já consolidada. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e possui como garantia, fiança bancária com custo de 0,9% ao ano. O saldo desse financiamento é atualizado pela TJLP acrescido de 2,3% ao ano.

O montante não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2011	2010
2012		7.370
2013	6.208	6.207
2014	2.589	2.589
2015	2.589	2.589
2016	216	217
	<b>11.602</b>	<b>18.972</b>

Os empréstimos e financiamentos são registrados aos valores próximos dos de mercado, tendo em vista as condições de juros e demais encargos financeiros contratuais de cada operação. Os valores contábeis dos empréstimos aproximam-se de seus valores justos.

## 16. Fornecedores

	2011	2010
Fornecedor de gás	38.386	23.934
Fornecedores de materiais e serviços	4.122	5.518
Retenções contratuais	776	903
	<b>43.284</b>	<b>30.355</b>

## 17. Tributos a pagar

	2011	2010
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	3.780	4.314
PIS - Programa de Integração Social	110	263
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	507	1.213
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	15	12
Outros	460	363
	<b>4.872</b>	<b>6.165</b>

## 18. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas (subsidiariamente às empreiteiras de serviços), cíveis e outros, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. A avaliação da necessidade de provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos é efetuada pela Administração, amparada na opinião de seus consultores legais internos e externos. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 contemplam provisão para contingências, no montante de R\$ 2.442 (2010 – R\$ 925) para fazer face às perdas prováveis.

A provisão para contingências cobertas por depósitos judiciais é composta como segue:

	Provisões	Depósitos	2011 Líquido	2010 Líquido
Trabalhistas (a)	1.183	(139)	1.044	
Cíveis (b)	1.398		1.398	925
	<b>2.581</b>	<b>(139)</b>	<b>2.442</b>	<b>925</b>

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue.

### (a) Trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se às ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	2011	2010
Quantidade de ações movidas por ex-empregados terceiros	54	48
	<b>54</b>	<b>48</b>

Os contratos junto às empreiteiras de serviços possuem cláusulas determinando que essas demandas são suportadas exclusivamente pelas prestadoras de serviços. Adicionalmente, as seguintes garantias alternativas são exercidas: (i) pacto de retenção de 5% do valor máximo do contrato; e (ii) apresentação de seguro ou fiança bancária, por parte da contratada, para cobrir eventuais perdas.

## (b) Cíveis

### (i) Decorrentes de serviços prestados por terceiros a clientes da Companhia:

As eventuais demandas são suportadas por cláusulas contratuais onde, havendo inércia injustificada na solução por parte das contratadas, a Companhia poderá efetuar a quitação financeira junto aos seus clientes e subseqüentemente se ressarcir com redução nos pagamentos para as prestadoras de serviços.

### (ii) Decorrentes de sinistros contra a Companhia:

Em decorrência do contrato de concessão, é mantida apólice de seguros com cobertura de riscos de responsabilidade civil e riscos operacionais.

### (c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Existem outros processos trabalhistas no montante de R\$ 377 em dezembro de 2011 (2010 – R\$ 339) sendo avaliados como risco de perda possível, para os quais não há necessidade de provisão neste momento.

## 19. Patrimônio líquido

### (a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é composto por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	2011	2010
Gas Natural SDG, S.A.	595.799.876	595.799.876
Gas Natural Serviços S.A.	1	1
	<b>595.799.877</b>	<b>595.799.877</b>

A legislação brasileira determina que os investimentos estrangeiros devem ser registrados no Banco Central do Brasil – BACEN, a fim de permitir repatriação de capital e remessa de dividendos. O capital registrado no BACEN é de R\$ 592.639, equivalente a USD\$ 320.473.

Os titulares das ações têm direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a absorção de prejuízos acumulados e constituição da reserva legal.

Em Assembleia Geral Ordinária – AGO realizada em 29 de abril de 2011, os acionistas deliberaram pelo aumento do capital social no montante de R\$ 30.082 com a utilização do saldo dos juros sobre capital próprio a pagar, sem emissão de novas ações, não registrado no BACEN.

Em AGO realizada em 26 de abril de 2010, os acionistas deliberaram pelo aumento do capital social no montante de R\$ 28.211 com a utilização do saldo dos juros sobre capital próprio a pagar, sem emissão de novas ações, não registrado no BACEN.

### (b) Reservas legal

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, limitada a 20% do capital social e 30% do capital acrescido da reserva de capital.

### (c) Reserva de expansão

Em conformidade com a legislação societária brasileira vigente, a Administração da Companhia propôs a retenção dos lucros acumulados remanescentes em uma reserva de expansão no montante de R\$ 3.007 em 2010, visando ao suprimento de recursos necessários ao orçamento de investimentos da Companhia. Tal retenção foi constituída com base em orçamento de investimento previamente aprovado pela Administração da Companhia, conforme preconizado pelo artigo 196 da Lei 6.404/76.

### (d) Reserva de dividendo adicional proposto

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração da Companhia propôs o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 31.620, provenientes de juros sobre o capital próprio apurados em 2011, a ser deliberado pela assembleia geral de acionistas, o qual foi mantido em reserva de "Dividendo adicional proposto", conforme disposto na interpretação ICPC 08.

## 20. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em conformidade com a Lei 9.249/95, a Administração da Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2011, a mensuração de juros sobre o capital próprio, cuja destinação será deliberada pela AGO de acionistas a ocorrer em 2012, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 24.766, o que representará, após impostos (15% de imposto de renda – IR na fonte), juros líquidos no valor de R\$ 21.052 (2010 – R\$ 35.390, após impostos, juros líquidos de R\$ 30.082), correspondente a R\$ 0,0416 (2010 – R\$ 0,0505) por ação, foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito destas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	44.378	91.378
Compensação de prejuízo		(48.412)
Constituição da reserva legal	(2.219)	(4.569)
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>42.159</b>	<b>38.397</b>
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio	24.766	35.390
Dividendos	17.393	
Reserva de Lucros para Expansão		3.007
	<b>42.159</b>	<b>38.397</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios - 25%</b>	<b>10.539</b>	<b>9.599</b>

## 21. Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2011	2010
Vendas brutas de produtos e serviços	538.495	530.220
Impostos incidentes sobre vendas	(110.742)	(108.505)
Devoluções, descontos e abatimentos	(8.114)	(4.656)
	<b>419.639</b>	<b>417.059</b>

## 22. Resultado financeiro

	2011	2010
Receitas financeiras		
Rendimentos financeiros	8.591	2.848
	8.591	2.848
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.891)	(6.158)
Comissões e tarifas de cobrança	(45)	(55)
Fiança bancária	(1.344)	(672)
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	(17)	(110)
Outras despesas financeiras	(75)	(34)
	(3.372)	(7.029)
Atualizações monetárias, líquidas		
Atualizações monetárias passivas	91	164
Atualizações monetárias ativas	122	122
	213	286
	<b>5.432</b>	<b>(3.895)</b>

## 23. Cobertura de seguros

A Companhia possui programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de limitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. A cobertura foi contratada por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e com base na orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas	
	2011	2010
Responsabilidade civil atribuída aos conselheiros, diretores e administradores	1.236	1.161
Responsabilidade civil atribuída à Companhia	16.990	21.312
Danos materiais	320.330	276.232
Lucros cessantes	177.104	137.464



Rua Cyce César, 24 . Parque Campolim  
CEP: 18047-638 . Sorocaba . SP